

---

# Privação do saneamento básico na Vila Lúdia, bairro Noal, Santa Maria, RS

Estrabão  
Vol(3):103–113  
©The Author(s) 2022  
DOI: 10.53455/re.v3i.28



Liliane Moraes<sup>1</sup>, Pedro Spode<sup>1</sup> and Rivaldo Faria<sup>2</sup>

## Resumo

A ausência de saneamento básico é um problema histórico, reflexo territorial das desigualdades socioespaciais que assolam a maioria dos países, em especial o Brasil. É fundamental, todavia, avaliar essas condições na vida real e prática das pessoas nas cidades brasileiras. Nesta perspectiva, este trabalho tem como objetivo avaliar as condições de saneamento básico da Vila Lúdia, situada no bairro Noal, na região centro-oeste da cidade de Santa Maria, RS. Para isso, utilizou-se levantamento bibliográfico e documental, levantamento de dados em campo, com entrevistas semiestruturadas e observação sistemática, além de acesso a dados secundários da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A problemática da ausência de saneamento básico na Vila Lúdia é resultado do processo histórico que vai de remoção ao reassentamento populacional, numa área ambientalmente imprópria. A privação do saneamento básico é resultado de um certo saneamento humano, muito comum nas cidades brasileiras. Essa condição original torna impossível qualquer ação propositiva para um “saneamento básico”, isso por razões sociais e físico-ambientais (um lugar que jamais deveria ser habitado). A solução passa primeiro pela garantia do direito ao território e a um ambiente que permita condições mínimas para uma vida digna.

## Palavras-chave

Saneamento. Desigualdades, socioespaciais, Território, Santa Maria.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

<sup>2</sup> Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, Minas Gerais, Brasil  
Email: rivaldofaria.geo@gmail.com (Rivaldo Faria)

## Corresponding author:

Liliane Moraes, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil  
Email: lilianemilani.m@gmail.com

## Introdução

O presente estudo é parte integrante da pesquisa que resultou em Dissertação de Mestrado intitulada *Privação ao saneamento e à saúde no território urbano da Vila Lídia em Santa Maria, RS* (Moraes, 2020), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A pesquisa avaliou a privação ao saneamento básico e a sua relação com a saúde da população da vila Lídia, localizada no bairro Noal, região centro-oeste da área urbana de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul (RS).

A ausência de saneamento básico é um problema histórico global, que acompanha a sociedade humana desde a antiguidade, e continua sendo, principalmente para os países com maiores desigualdades sociais, como o Brasil, um problema crônico. O desafio insistentemente tratado no século passado, sobretudo nas suas últimas décadas, ainda está muito presente no século XXI. Grandes debates foram feitos no pós-década de 1970 para a universalização do saneamento básico e da proteção ambiental, na tentativa de se alcançar a saúde para todos até o ano 2000 (OPAS, 1978). No entanto, já entramos na terceira década do novo século e a almejada proposição jamais foi alcançada.

No Brasil, embora a Constituição Federal de 1988 tenha inserido mecanismos importantes para a efetivação dos direitos fundamentais, a referência de um novo momento se constituiu com a Lei 11.445, de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais e define como o conjunto de serviços, de infraestrutura e de instalações operacionais para o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (BRASIL, 2007). Foi, naquele momento, um ar de esperança para um dos países que possui profundas carências de saneamento básico.

Entretanto, apesar de o saneamento básico ser um bem comum e de direito assegurado pela legislação e, sobretudo, do acelerado desenvolvimento tecnológico das últimas décadas, ainda estamos longe de atingir as expectativas e a equidade no atendimento à população pelos serviços de saneamento. Vivemos situações de completa falta de acesso a um serviço que é condição elementar ao desenvolvimento da vida em sua totalidade.

De acordo com Wagner et al. (2013), nos últimos 30 anos, a cobertura dos serviços de saneamento básico no país cresceu de forma relativamente lenta, e muitos brasileiros ainda não têm acesso a água potável, a coleta dos resíduos é insuficiente e o tratamento de esgoto é quase inexistente. Conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2017), mesmo sendo um bem comum e de direito, apenas 52,36% da população têm acesso à coleta de esgoto e 54% dos esgotos não recebem nenhum tipo de tratamento no Brasil.

Os dados apresentados pelo Instituto Trata Brasil, em 2019, também reforçam a elevada privação ao saneamento, visto que, cerca de 13 milhões de crianças e adolescentes ainda não possuem acesso aos serviços de saneamento básico, o que as submete a situações constantes de risco e de morte, e os dados das doenças infecciosas, como a dengue, por exemplo, estão exatamente a mostrar um processo consequente.

Da mesma forma, a situação atual do saneamento básico no município de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul (RS), não difere do panorama nacional, com alguns avanços nos serviços de abastecimento de água nas últimas décadas, no entanto, passados mais de trinta anos e o esgotamento sanitário ainda não alcançou os 55% de cobertura que estavam previstos para o término da década de 1980.

Dado esse cenário, são notáveis as consequências advindas desse processo. De acordo com Santos (2018), os problemas relacionados ao saneamento afetam, principalmente, populações mais carentes

que residem em favelas e áreas periféricas, onde as condições de acesso aos serviços urbanos, como o saneamento, são precárias, tendo como consequências o agravamento à saúde e à qualidade de vida da população.

Desse modo, sendo Santa Maria, RS, um município com profundas desigualdades, refletidas em seletividades socioespaciais e privações do acesso aos serviços urbanos básicos, revelando verdadeiros territórios da escassez (Spode e Faria, 2020), objetivamos com este artigo, avaliar as condições de saneamento básico na Vila Lúcia, localizada no bairro Noal, na região centro-oeste da área urbana do município.

## **Metodologia**

### **Caracterização da área de estudo**

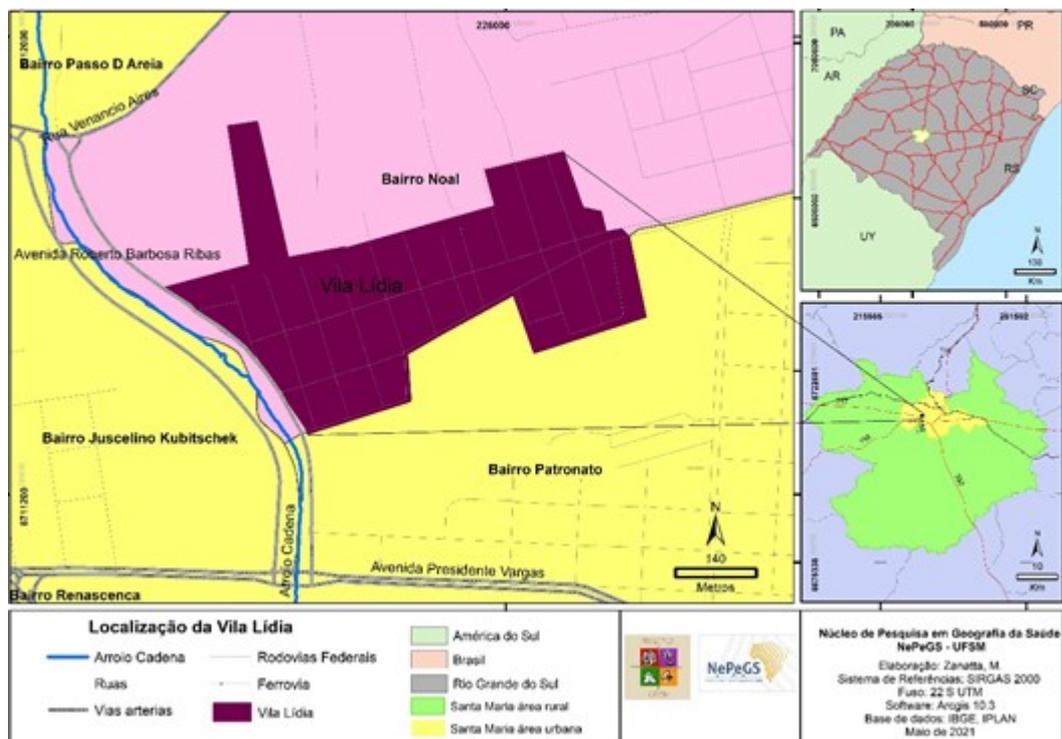
Foi definida como área de estudo o território da Vila Lúcia, localizada no bairro Noal, região administrativa centro-oeste, área urbana do município de Santa Maria, RS (Figura 1). O bairro possui uma população de 7.582 habitantes (IBGE, 2010), e está numa área de transição entre o centro e a porção oeste da área urbana. A Vila Lúcia, nosso local de estudo, é uma subárea do bairro Noal, considerada a área socialmente mais carente deste bairro e uma das que possui maior precarização no que se refere ao saneamento básico em Santa Maria (Faria, Savian e Vargas, 2019).

A área de estudo foi definida com base em dois principais critérios: (i) por tratar-se de uma área de pobreza e privação social; (ii) por ser uma das poucas áreas socialmente carentes que é totalmente atendida pela Estratégia Saúde da Família (ESF) em Santa Maria. Como primeiro critério utilizado para definir a área de estudo, considerou-se os níveis de privação social e pobreza a qual está submetida a população de Santa Maria (Savian, 2016; Faria, Savian e Vargas, 2019; Spode, 2020) (Savian & Da, 2016; Spode & Faria, 2020). O segundo critério que contribuiu para a definição da área de estudo, está relacionado a esta população estar cadastrada na ESF Vila Lúcia. Esse fato permitiu que se adentrasse neste território, com o apoio dos profissionais da saúde e dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), facilitando, assim, o diálogo, como também a obtenção de dados da população. Ressalta-se que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFSM sob o parecer número 3.528.774, cumprindo todos os protocolos éticos para o desenvolvimento da pesquisa. Cabe ainda mencionar que a ESF Vila Lúcia possui serviço territorializado e subdividido em quatro microáreas de atuação dos ACS, com 2.102 pessoas cadastradas, que foi o público-alvo do estudo.

### **PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL**

Na primeira etapa da pesquisa realizou-se a investigação bibliográfica de autores que já abordaram a temática em estudo, sobretudo em livros, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e artigos científicos, disponíveis no acervo das bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como também, das bibliotecas online, as plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

A pesquisa documental, por sua vez, foi constituída com base no estudo das normativas, a saber: Constituição Federal de 1988, Lei 10.257 de 10 de julho de 2001; Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007; Lei 12.037 de 19 de dezembro de 2003; Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial do município de Santa Maria, RS (PDDT); Plano Municipal de Saneamento Ambiental de Santa Maria (PLAMSAB).



**Figure 1.** Localização geográfica da Vila Lúcia, Santa Maria, Rio Grande do Sul.

A pesquisa teve uma abordagem metodológica quantitativa e qualitativa. De acordo com VÍCTORA (2000), o método quantitativo tem como característica o emprego da quantificação das modalidades de coleta de informações, como também, o tratamento destas por meio de técnicas estatísticas, mensurando variáveis relevantes, com técnicas de amostragem que representam uma totalidade definida. Na abordagem qualitativa, os dados são trabalhados buscando entender o seu significado, tendo como base o contexto em que o fenômeno ocorre, sua origem, suas relações e mudanças, buscando explicar o comportamento de cada indivíduo ou grupos pesquisados (Gil, 2008). Os dados quantitativos e qualitativos podem e devem se complementar.

Sendo assim, com base nas abordagens metodológicas propostas, na segunda etapa da pesquisa foram utilizados dados de fonte secundária, como também, dados primários. A base de dados secundários foi obtida por meio da plataforma digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo Demográfico de 2010, da CORSAN - empresa responsável pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em Santa Maria - RS, do serviço de Atenção Básica à Saúde (ABS) situado na área de estudo - a ESF Vila Lúcia, da Secretaria Municipal de Saúde e na Vigilância Epidemiológica.

Já a coleta dos dados primários foi realizada por meio da pesquisa de campo, que permite o contato direto com a realidade observada, e possibilita a coleta de informações e dados que contribuíram para atingir o objetivo da pesquisa. Para tanto, duas técnicas foram utilizadas. Uma delas é a observação sistemática que, de acordo com Gil (2008), é uma técnica amplamente utilizada em pesquisas para a descrição precisa dos fenômenos, no momento em que estes ocorrem, estabelecendo sempre o que deve ser observado, em que momentos, como também, o modo de registro e organização das informações. Em apoio à observação sistemática foi utilizado diário de campo e recursos de imagem, como o GPS e a câmera fotográfica.

A outra técnica utilizada na pesquisa foram as entrevistas semiestruturadas, elaboradas conforme orientação de Minayo, De, Minayo, and De (2013). De acordo com a autora, esta técnica conta com um roteiro que combina perguntas fechadas e abertas, e possibilitam ao entrevistado discorrer sobre o tema sem que este se prenda à indagação formulada. Para tanto, foram realizadas onze (11) entrevistas, com um público-alvo que compreende alguns membros da comunidade local, como também, profissionais da ESF Vila Lúcia, da CORSAN e do poder público. Cabe ainda destacar que o registro do momento das entrevistas contou com o auxílio do dispositivo eletrônico, gravador de áudio (sem uso de imagem dos entrevistados), e posteriormente, essas entrevistas foram transcritas e analisadas.

## RESULTADOS

### *VILA LÚCIA COMO UM TERRITÓRIO DA ESCASSEZ*

A Vila Lúcia está localizada na bacia hidrográfica do Arroio Cadena, que abrange grande parte da área urbana do município de Santa Maria e pertence à bacia hidrográfica do Rio Vacacaí-Mirim. A mancha urbana de Santa Maria se desenvolveu em uma área em que estão presentes muitas nascentes e a maior parte dos cursos de água localizam-se dentro da bacia do Arroio Cadena, dentre eles, o principal rio da cidade, o próprio Arroio Cadena, ou apenas Cadena, como também é identificado (PLAMSAB, 2015).

É importante ressaltar que a Vila Lúcia é um recorte territorial cuja existência remonta à própria formação de Santa Maria. Mas do ponto de vista urbano, como resultado da urbanização brasileira e das mudanças nas cidades médias a partir da década de 1970, podemos talvez situar esse recorte no processo da sua formação, ou seja, uma ocupação irregular, e a formação da vila por volta de 1988 (Oliveira, 2004).

Em grande parte das cidades brasileiras, neste período, havia projetos de realocação dos antigos moradores a fim de valorizar e remodelar os espaços urbanos (Grunewaldt, 2019), e na Vila Lúcia a situação em nada se difere. Durante o período da década de 1980, foram implementados diversos projetos de infraestrutura urbana, como também a consolidação da COHAB Tancredo Neves, na zona oeste e a COHAB Fernando Ferrari na zona leste, no bairro Camobi (Rocha & Da, 2011).

Desse modo, a população da ocupação irregular chamada Vila Maria, conhecida pejorativamente como Vila das Pulgas, e o chamado Beco das Latas, localizados próximos da Avenida Liberdade e do Cemitério Municipal, foram realocadas, pelo poder público, em área mais à oeste, onde localizava-se o antigo lixão da cidade. Assim, de acordo com Grunewaldt (2019), a população residente na Vila Maria, também conhecida como Vila das Pulgas, e no Beco das Latas foi desalojada e realocada para onde hoje é a Vila Lúcia, nas margens do Arroio Cadena (Figura 1). De acordo com Rocha (2011, p. 339): “toda essa parcela da população foi removida para dois loteamentos populares, em áreas públicas, onde fora a “depuração”, o aterro sanitário da cidade, surgindo as vilas Lúcia e Arco-Íris”. Sobre isso, Grunewaldt (2019, p. 797) relata:

A prefeitura fez um trabalho de aterramento do antigo lixão da cidade onde construiu casas, organizando um loteamento e transferiu as famílias. Assim, as áreas onde as famílias foram retiradas se transformaram no bairro Patronato e na Avenida 2 de novembro, foram embelezadas e modernizadas, bem como o entorno do Tênis Clube e da RBS-TV. A área transformada constitui-se atualmente em área valorizada no mercado imobiliário.

É importante destacar que essa área de aterro do antigo lixão, onde se constituiu a Vila Lídia, pertencia à prefeitura, a qual construiu as casas e organizou os loteamentos para realocar as famílias vindas da antiga Vila das Pulgas e do Beco das Latas. De acordo com as normativas de ocupação e uso do solo urbano, regulamentadas na época, todo o processo ocorreu de modo “regular”, embora, do ponto de vista territorial, seja irregular, por se tratar da área de um antigo lixão, além da posição geográfica inadequada, às margens do Arroio Cadena. Com o passar do tempo, entretanto, houve ainda o aumento da população e novas ocupações foram feitas, além daquele núcleo originalmente instalado pela prefeitura. Ou seja, a Vila Lídia aumentou de número populacional e tamanho, e com a produção dessas novas áreas foi ganhando uma condição irregular no seu modo de ocupação.

Os depoimentos coletados na presente pesquisa, permitiram não apenas corroborar com tais afirmativas, mas também entender os impactos derivados dos processos socioespaciais de retirada dos moradores. Alguns entrevistados apontam como foi realizado o processo de realocação dos moradores:

A prefeitura para abrir a Avenida Liberdade nos fundos do cemitério e ligar na Presidente Vargas deslocou toda a “Vila das Pulga”, que chamavam, pra onde é a Vila Lídia hoje. Tinha que ser deslocado para um lugar próximo, não podia ser para um local longe, daí arrumaram ali pra deslocar o pessoal

*(Entrevistado EG01. Depoimento coletado em fevereiro de 2020).*

nós morava na descida do cemitério na Vila Maria né, então a gente veio prá cá. Aqui era um lixão.

*(Entrevistado EC01. Depoimento coletado em fevereiro de 2020).*

Dessa maneira, portanto, a realidade socioespacial da Vila Lídia está ligada ao processo histórico e territorial de expansão urbana de Santa Maria, entre as décadas de 1970 e 1980, cujos investimentos do Estado em obras de infraestrutura pública nos bairros centrais, contribuiu para a retirada das populações mais pobres para áreas mais distantes e desvalorizadas, formando as periferias. No caso da Vila Lídia, esta periferia não está muito distante do centro da cidade, a uma distância entre dois e três quilômetros, mas que significa uma distância social imensa, pois onde se localizava originalmente a Vila, foi implementado infraestrutura urbana que tornou esta porção do espaço valorizada, em termos econômicos, abrigoando uma população de classe média e alta, precisamente onde hoje se localiza o bairro Patronato. Isso pode ser evidenciado através do par dialético da escassez e da abundância (Souza & De, 2002), do qual, em algumas áreas da cidade são produzidas inúmeras infraestruturas urbanas que abarquem a rapidez do capital, e, nas áreas mais longínquas, nas margens dos arroios ou lixões, é onde são colocados os pobres da cidade, os homens lentos de Milton Santos.

### **PRIVAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO NO TERRITÓRIO DA VILA LÍDIA**

Na Vila Lídia é predominante o abastecimento de água pela rede pública (92,5%). Embora o índice de abastecimento público seja razoavelmente elevado, 7,5% da população ainda usa outras formas de

abastecimento de água. Estes índices, todavia, estão abaixo da média do município de Santa Maria, que possui 95,14% de atendimento total de água.

Contudo, percebe-se que há elevada cobertura de abastecimento de água na Vila Lúcia, o que não significa que as residências estejam conectadas regularmente, seja pelas condições infraestruturais deficitárias para receber a água da rede de abastecimento, seja pela incapacidade de acesso da população a esse serviço, pelo fato de tratar-se de uma população que convive com privações de diversas ordens.

Em relação ao esgotamento sanitário, observou-se através da Planta da Rede de Abastecimento de Água e de Esgotamento sanitário de Santa Maria, que na Vila Lúcia há rede coletora de esgotos. Como também, o trabalho de campo e as entrevistas reafirmaram a existência desta rede, mas, sobretudo, revelaram os problemas e a gravidade dos erros de projeto da rede coletora de esgoto, que desconsiderou, totalmente, o processo histórico e territorial a qual a população da Vila Lúcia está vinculada, na formulação de tal políticas. Em um dos depoimentos, o entrevistado relata:

Tem a rede, mas nem todo mundo colocou na rede, a maioria não. Não posso te dizer a porcentagem, mas tem muita gente que larga direto no pluvial. Daí provavelmente a coleta de esgoto é deficiente por causa disso. Uns preferiram deixar no pluvial a deixar na coleta da CORSAN

*(Entrevistado EA04. Depoimento coletado em janeiro de 2020)*

Tem gente que não quis até pelo gasto, sabe, são famílias mais carentes

*(Entrevistado EA01. Depoimento coletado em dezembro de 2019)*

A partir das observações realizadas em campo, constatou-se que alguns moradores canalizam o esgoto de sua residência e lançam diretamente nos arroios. Como também, há os que destinam seu esgoto à rede pluvial, pois as residências nem sempre estão conectadas à rede coletora de esgoto, conforme relatos dos entrevistados. Em ambos os casos, o problema ganha intensidade, pois nem sempre as residências possuem fossa séptica e, desse modo, o esgoto não passa por nenhum tipo de tratamento antes de ser lançado ao rio. Spode and Faria (2020), ao avaliar as taxas de esgotamento sanitário via vala na área urbana de Santa Maria, amparado com os dados do IBGE de 2010, revela que o bairro Noal está entre os bairros que apresentam setores censitários com altas taxas de esgotamento via vala, sobretudo nas áreas de ocupação irregular, como é o caso da Vila Lúcia, em que parcelas do seu território não têm condições de infraestrutura e ambiente que sejam propícias a ocupação humana.

Sendo assim, buscamos entender quais as razões que justificam o esgoto não estar conectado à rede coletora. As falas dos entrevistados apresentam possíveis respostas a essa questão:

tem alguns locais que eles fizeram o projeto (referindo-se à Rede Coletora de Esgoto), só que o projeto não tem como ser viabilizado, porque eles colocaram a rede de esgoto, mas a altura dos banheiros e das casas é menor. Daí então não tem como ser feita a conexão. Nada sobe né. Não tem como conectar. A conexão deles é mais alta que as casas. Já é um problema por causa disso

*(Entrevistado EA04. Depoimento coletado em janeiro de 2020).*

Às vezes a residência é mais baixa. Não tem como ligar. Isso é um problema de projeto, porque é muito caro a rede de esgoto fazer [...] por quê? Por causa da escavação. Então

o que se faz, com a rede mais rasa possível, um metro e dez de profundidade, mais ou menos a média, um metro e vinte. Só que daí, quando o terreno é mais baixo, aí não tem como ligar

*(Entrevistado EG01. Depoimento coletado em fevereiro de 2020).*

Com base nestes relatos, fica absolutamente claro que o modo como foi projetada a rede coletora na área em estudo inviabiliza a conexão do esgoto das residências. O espaço geográfico, em sua totalidade e em sua dimensão histórica, não pode ser desconsiderado na elaboração dos projetos que envolvem a implantação de infraestrutura urbana, como parece ser o ocorrido no que tange ao saneamento básico na Vila Lúcia. Ao discutirmos sobre os sistemas de coleta e transporte de esgotos sanitários, menção deve ser feita à pesquisa realizada por Bevilacqua (2006, p. 82), o qual revela que “declividades inadequadas provocam deposição de sedimentos nas tubulações e, conseqüentemente, constantes obstruções, enquanto redes subdimensionadas causam afogamento dos coletores e refluxo em imóveis”.

Na Vila Lúcia, o esgotamento sanitário representa uma problemática ainda maior, com a inversão das ligações do sistema de coleta pluvial na rede coletora de esgoto e vice-versa. Ou seja, ao invés do esgoto estar conectado à rede coletora, ele está sendo despejado na rede de drenagem pluvial, do mesmo modo que, as águas residuais da chuva são lançadas equivocadamente na rede coletora de esgoto, aumentando a chance de extravasamentos e inundações.

Não há dúvida que a ligação pluvial na rede coletora de esgoto não comporta o volume desse afluente na rede e em algum lugar irá transbordar. Assim como, devido ao acréscimo de vazão do esgoto, irá sobrecarregar o processo de tratamento desse volume total na Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), principalmente em ocasiões de elevadas precipitações (Reda & De, 2006).

O fato de o esgotamento sanitário das residências não estar conectado à rede coletora de esgoto dificulta enormemente a efetivação das ações de saneamento básico, seja pelas condições infraestruturais da rede coletora, que acaba realizando parcialmente a sua função, seja pela incapacidade de acesso da população aos serviços. É importante considerar que cada território apresenta suas especificidades e, portanto, é fundamental que sejam adotadas estratégias diferenciadas para a implantação e operação do seu sistema de saneamento básico.

É inegável a importância de considerar a realidade do território, antes de aplicar qualquer técnica para a disposição do esgoto, contrário ao que se verifica na Vila Lúcia, em que foi implantado um sistema de esgotamento sanitário de elevado custo e que, sobretudo, não cumpre com a sua função.

Em relação ao destino dos resíduos sólidos, constatou-se que 84,8% das residências da Vila Lúcia são assistidas pela coleta pública de resíduos. Ao analisarmos esse percentual, é notável a proximidade que há com as médias nacionais, ou seja, de acordo com o IBGE (2018), 83,0% dos domicílios brasileiros possuem coleta dos seus resíduos. No entanto, esses dados merecem uma análise mais aprofundada, pois de acordo com os dados coletados na ESF Vila Lúcia, 87 residências não destinam seus resíduos ao serviço de coleta, podendo comprometer além da área em estudo, também o seu entorno. As imagens apresentadas na Figura 2 revelam uma grande quantidade de resíduos sendo descartados e queimados sem nenhum controle e a devida fiscalização pública.

Observa-se na Figura 2 a paisagem urbana da Vila Lúcia, onde é possível visualizar a olho nu, a precarização, em termos de condições socioespaciais, no qual os moradores habitam, resultado do próprio processo histórico, que em uma espécie de saneamento humano, realocou esta população em área de antigo lixão. Essa concentração de resíduos se constitui em problemas ambientais e sociais, podendo



**Figure 2.** Descarte de resíduos sólidos às margens do Arroio Cadena, na Avenida Maestro Roberto Barbosa Ribas, na Vila Lídia em Santa Maria, Rio Grande do Sul.

ser resultante da prática inconsciente da população, inserida em um território que possui privações de diversas ordens, como a própria deficiência do serviço de coleta pública, que apesar de sua existência, 15,2% das residências da Vila Lídia ainda não são assistidas por este serviço, o que pode comprometer toda a área (Moraes, 2020).

Essa disposição final inadequada tem causado impactos socioambientais como a poluição do solo, das águas superficiais e subterrâneas, além de contribuir para a ocorrência dos episódios de inundações. Os problemas relacionados aos resíduos se agravam com o entupimento dos bueiros e da rede de drenagem, intensificando-se ainda mais nos períodos das intensas precipitações, quando acabam comprometendo o escoamento, sobretudo, o refluxo do esgoto que retorna às residências.

Contudo, a discussão que deve ser feita está em relação a esta massa de população vivendo em áreas de risco, em proximidades de arroios, sobretudo o Arroio Cadena, que no período atual representa também um perigo a saúde humana, em vista da poluição das águas. As baixas condições sanitárias apresentadas e os altos riscos de contaminação podem se constituir em um ambiente perfeito para a multiplicação de vetores e microrganismos, que comprometerão, de alguma forma, o meio ambiente e produzirão uma série de agravos, implicando em riscos à saúde dessa população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico e geográfico de formação da Vila Lídia, revela um território com as marcas das desigualdades socioespaciais em Santa Maria, resultado da expansão do capitalismo na cidade, introdução das técnicas (infraestruturas), que de um lado, valorizam algumas porções da cidade, e de outro, criam espaços de escassez. Este processo poderia ser identificado como seletividade socioespacial, como diria Milton Santos e Maria Adélia de Souza.

A formação da Vila Lídia está ligada a remoção da Vila das Pulgas e do Beco das Latas, como outras vilas em situação de ocupação irregular, para a realocação, em área aterrada, onde funcionava o antigo lixão de Santa Maria, próximo ao Arroio Cadena. Com o passar dos anos, a expansão da mancha urbana da cidade e o aumento da pobreza em Santa Maria, fizeram com que mais pessoas ocupassem a área, muitos construindo moradias precárias em áreas de risco, as margens do Arroio Cadena, sem as mínimas condições de saneamento básico.

Sendo assim, é possível afirmar que o saneamento é a consequência territorial deste processo social e histórico, que se configurou em porções do espaço urbano que não oferecem as condições necessárias ao desenvolvimento da vida humana. Cabe ressaltar que o saneamento se torna, também, a causa de situações adversas a vida dessa população, pois produz novos processos sociais que desencadeiam uma série de consequências socioespaciais, dentre elas, a produção de doenças, ameaçando a saúde da população deste território. Isto é, a população dos territórios pobres e privados de recursos, dentro da área urbana, são, também, territórios de doenças, pelo próprio processo histórico do local.

Pode-se concluir, que houve, sim, na Vila Lídia a implantação dos serviços de saneamento básico pelo poder público, no entanto, devido à ausência de condições estruturais, e de planejamento que envolvesse o conhecimento do território (e de seus usos), o sistema de esgotamento sanitário implantado se configura impróprio, pois não possibilita sua plena execução, perdendo assim a sua função.

## AGRADECIMENTOS

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

## Referências

- Brasil, & Lei. (2001). de 10 de julho de. *Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências*, 257.
- de Geografia e Estatística IBGE., I. B. (Ed.). (2010). *Censo demográfico de*. Retrieved from <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=432065>
- Faria, R., Savian, P. S., & Vargas, D. (2019). Territórios da privação social na cidade de Santa Maria. *Boletim de Geografia*, 37(1), 234-250. Retrieved from 10.4025/bolgeogr.v37i1.39208
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. *São Paulo: Atlas*.
- (1993). Retrieved from [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm)
- Maria, S., & Lei, P. D. (2019). Retrieved from <https://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/Projeto-de-Lei/2019/5/0/53694>
- Minayo, M. C., De, S., Minayo, M. C., & De, S. (2013). Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*.
- Reda, A. L., & De, L. (2006). Gestão de qualidade da água em sistema fluvial durante tormenta - Parte I: reconhecendo um problema no sistema de esgoto. XIII SIMPEP. *Bauru - SP*.
- Rocha, L. H. M., & Da. (2011). Padrão locacional da estrutura social: segregação residencial em Santa Maria - RS. *Repositório Institucional da UFSC*.
- Santos, R. V. I. (2018). Retrieved from <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/43013>
- Saúde, O. O. P.-A. D. (1978). Declaração de Alma-Ata. *Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde*.
- Savian, P., & Da, S. (2016). Análise espacial da privação social da cidade de Santa Maria. *Acervo da Biblioteca Central da UFSM*.
- Souza, M. A. A., & De. (2002). *Política e território: a geografia das desigualdades. fórum brasil em questão*. Brasília: UnB.
- Spode, P. L. C., & Faria, R. M. (2020). Indicadores de pobreza e privação social na área urbana de Santa Maria. *Boletim Geográfico*, 36, 9-29.

## Author Biographies

**Liliane Moraes** Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (PPGGEO-UFSM)

**Pedro Spode** Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (PPGGEO-UFSM)

**Rivaldo Faria** Prof. Dr. Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (PPGGEO-UFSM)